

Entrevista com: Samiria Maria Oliveira da Silva

1. Quais são os principais desafios na integração de estratégias econômicas ao planejamento e à gestão de recursos hídricos no Brasil?

No geral, os mecanismos precisam ser bem pensados, desenhados e adaptados para a realidade local. Alguns aspectos precisam ser observados e citarei alguns deles; Primeiro, as grandes disparidades econômicas e sociais representam um desafio significativo para aplicar estratégias econômicas de forma equitativa. Enquanto regiões mais desenvolvidas, por exemplo, podem suportar tarifas e mecanismos de compensação, regiões mais pobres e vulneráveis podem enfrentar dificuldades para se adaptar a essas medidas.

Segundo, a implementação de estratégias econômicas, como tarifas de contingência e cobrança pelo uso da água, muitas vezes enfrenta resistência social e política por parte de alguns setores econômicos. A percepção de que a água é um bem gratuito e essencial para a vida pode levar à rejeição dessas medidas por parte da população e de setores econômicos. Essa resistência pode ser ainda maior em tempos de crise hídrica ou dificuldades econômicas, o que dificulta a aceitação e a continuidade das políticas.

Terceiro, a ausência de infraestrutura adequada para medição, monitoramento e controle do uso da água limita a eficácia das estratégias econômicas. Muitas regiões não possuem sistemas robustos para medir o consumo ou a qualidade da água, dificultando a aplicação de tarifas ou compensações baseadas no uso real.

Por fim, temos o desafio da diversidade de usuários — abastecimento urbano, irrigação, indústria e geração de energia. Setores que dependem intensivamente de água, como a agricultura irrigada e a mineração, podem resistir a mecanismos de restrição de uso, alegando prejuízos econômicos. Conciliar esses interesses divergentes é um desafio constante para o planejamento de uma gestão hídrica eficiente.

2. Como mecanismos econômicos, como a compensação financeira e a tarifa de contingência, podem promover uma gestão hídrica mais justa e eficiente?

Nesse caso, temos dois mecanismos diferentes que, quando bem aplicados, contribuem para a sustentabilidade financeira dos sistemas de gestão hídrica. A compensação financeira é voltada, por exemplo, para gerir riscos inerentes a eventos de seca, susceptível de proporcionar um significativo ganho em alternativa para a alocação de água. Ao aplicar os recursos da compensação de forma estratégica, é possível garantir o acesso equitativo à água e minimizar desigualdades regionais, promovendo uma gestão hídrica mais eficiente e socialmente justa.

Já a tarifa de contingência atua como um mecanismo de regulação para períodos de escassez hídrica. Quando a oferta de água é reduzida, essa tarifa eleva o custo do consumo excessivo, incentivando a redução do desperdício e promovendo o uso racional. Esse tipo de medida é fundamental para evitar o esgotamento dos recursos hídricos, especialmente em regiões suscetíveis a secas. A tarifa de contingência ajuda a equilibrar a demanda em momentos críticos, garantindo que a água disponível seja suficiente para atender as necessidades básicas da população e os setores mais vulneráveis. Esses mecanismos equilibram os interesses dos diferentes usuários, recompensam práticas sustentáveis, incentivam a economia de água e garantem que os custos sejam distribuídos de maneira equitativa, assegurando o uso consciente e a preservação dos recursos hídricos para as gerações atuais e futuras.

3. Em sua experiência, como parcerias entre a academia e o setor público contribuem para uma gestão hídrica mais eficiente e sustentável?

A colaboração entre academia e setor público permite que o conhecimento técnico-científico produzido nas universidades seja aplicado diretamente para solucionar desafios reais enfrentados pelo setor público. Por meio dessa troca, políticas de gestão hídrica podem ser desenvolvidas com base em dados concretos e ferramentas avançadas de análise, garantindo decisões mais eficazes e adaptadas às realidades locais.

Além disso, a academia contribui significativamente para a capacitação dos profissionais que atuam na gestão pública. Cursos, workshops e treinamentos oferecidos em conjunto com instituições de ensino permitem a atualização constante dos gestores, melhorando sua capacidade técnica e garantindo que estejam preparados para lidar com as complexidades dos recursos hídricos. Esse investimento em formação contínua fortalece a implementação de políticas públicas e amplia a eficiência das ações desenvolvidas. A inovação também é um dos grandes frutos dessa colaboração. A academia tem a capacidade de levar novas metodologias, modelos e práticas para serem aplicadas no setor Público. A UFC tem caminhado nesse sentido.

Recentemente, eu fui coordenadora técnica, dos Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Curu, Litoral e Alto Jaguaribe. Esse trabalho foi realizado por meio de uma

cooperação técnica entre a UFC e a COGERH com adoção da metodologia participativa, inovação e triangulação metodológica. Essa abordagem aumenta a probabilidade de sucesso das práticas adotadas e facilita sua aceitação pela sociedade. As soluções propostas também tendem a ser mais inclusivas e abrangentes, considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais envolvidos na gestão hídrica. Dessa forma, a sinergia entre academia e setor

público cria uma abordagem integrada e dinâmica, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão de recursos hídricos.

4. Que conselhos a senhora daria a jovens pesquisadores interessados em explorar a relação entre economia e recursos hídricos em suas pesquisas?

É um campo que tem muitos aspectos para pesquisar e temos poucos especialistas dessa temática no Brasil. Contudo, a relação entre economia e recursos hídricos é intrinsecamente complexa, envolvendo fatores ambientais, sociais, políticos e tecnológicos. Trabalhar em conjunto com especialistas de áreas como hidrologia e ciências sociais pode fornecer uma visão mais completa do tema. A integração de diferentes perspectivas possibilita soluções mais holísticas e aplicáveis. Estude a legislação e as políticas públicas relacionadas à gestão dos recursos hídricos, como a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) no Brasil. Entender os instrumentos de gestão, como outorgas, cobrança pelo uso da água e comitês de bacia, é fundamental para contextualizar suas pesquisas e propor soluções viáveis. Colabore com gestores públicos, empresas e comunidades para identificar problemas concretos e propor soluções viáveis, como sistemas de tarifação eficiente, compensação financeira e incentivos econômicos para preservação de recursos hídricos.

5. Na sua visão, quais inovações ou tendências no planejamento hídrico podem transformar o setor nos próximos anos?

O setor de planejamento hídrico está em constante evolução. A principal tendência trata da integração de especialistas de diversas áreas como a Engenharia e as Ciências Sociais

ou as Ciências Políticas. Também podemos falar que a participação social e a colaboração entre os diferentes usuários da água estão se tornando essenciais. Tendências nesse campo incluem governança colaborativa, por exemplo. Outra tendência clara são estudos voltados para a adaptação ao clima. Em termos de inovação podemos falar sobre a economia circular, internet das coisas e inteligência artificial.